

Proposta de Texto:

1 É exclusivamente suscetível de gerar direito à percepção da remuneração adicional de que trata o artigo 1º da Lei nº 12.740, de 08 de dezembro de 2012, o empregado, independentemente do cargo, categoria ou ramo da empresa, que esteja exposto permanentemente, habitualmente ou que, de forma intermitente, às condições de risco conforme exemplificado no QUADRO 1.

a) São equipamentos ou instalações elétricas em situação de risco aqueles cujo contato físico ou exposição aos efeitos da eletricidade possam resultar em incapacitação, invalidez permanente ou morte.

b) Por meio de estudo ou laudo técnico de engenharia, em equipamentos, máquinas ou sistemas elétricos energizados em baixa tensão, conforme definido na NR-10, a instalação será considerada susceptível a risco físico quando a energia incidente calculada estiver acima de 40 cal/cm^2 .

c) É indevido, apenas, quando a exposição dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

2 As instalações ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, conforme estabelece o item 10.5.1 da NR-10, descaracterizam a condição de periculosidade.

3 As instalações ou equipamentos elétricos alimentados por extra-baixa tensão, conforme descreve a NR-10, não geram a condição de periculosidade.

4 Fica obrigatório a contratação de seguro de vida em benefício do profissional submetido à condição de periculosidade.

5 Para profissionais submetidos ao recebimento do salário adicional de periculosidade, é vedado o uso de fatores ou índices de produtividade e/ou produção do cálculo de incentivos ou o pagamento de prêmios por produtividade, conforme definidos na Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

6 O pagamento do adicional de periculosidade não desobriga o empregador de promover as medidas de proteção ao trabalhador, destinadas à eliminação ou neutralização da periculosidade nem autoriza o empregado a desatendê-las.

7 Cessado o exercício da atividade ou eliminado o risco, o adicional de periculosidade poderá deixar de ser pago.

a) A caracterização do risco ou da sua eliminação far-se-á através de perícia, elaborada por Engenheiro ou Médico, conforme definido pelo seu conselho de classe, observado o disposto no artigo 195 e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

8 Os empregados que exercerem atividades em condições de periculosidade serão especialmente credenciados e portarão identificação adequada.

9 O adicional de periculosidade, integra o cálculo de indenização e de horas extras.

10 Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

```
graph TD
    D1{Tensão superior a 1000VCA ou 1500VCC?}
    D2{Tensão inferior a 50VCA ou 120VCC?}
    D3{A energia incidente calculada é superior a 40,0 cal/cm²?}
    D4{A atividade é realizada com o sistema desenergizado, conforme 10.5.1 da NR-10?}
    D5{A atividade é realizada de forma permanente, habitual, intermitente ou sob regime de plantão?}
    R1[Fora do regime de Adicional de Periculosidade]
    R2[Dentro do regime de Adicional de Periculosidade]

    D1 -- INFERIOR --> D2
    D1 -- SUPERIOR (Alta Tensão) --> J1(( ))
    D2 -- INFERIOR (Extra Baixa Tensão) --> J2(( ))
    D2 -- SUPERIOR (Baixa Tensão) --> D3
    D3 -- INFERIOR --> J2
    D3 -- SUPERIOR --> J1
    J1 --> D4
    D4 -- DESENERGIZADO --> J3(( ))
    D4 -- ENERGIZADO OU REENERGIZADO ACIDENTALMENTE --> D5
    D5 -- NÃO --> J3
    D5 -- SIM --> R2
    J2 --> R1
    J3 --> R1
```

CLOVIS ALVES DE SOUZA
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

RICARDO DALTON PRETE
ENGENHEIRO ELETRICISTA
VOITH SERVIÇOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA

PAULO ROGERIO PIRES
COORDENADOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO
VOITH HYDRO LTDA